

ROMANCEIRO DE HERÓIS COTIDIANOS

Guilherme Jeronymo
Jornalista

Fotos: Daniel Garcia



Vestiário de trabalhadores terceirizados na ECA: condições deploráveis e "criadouro" de aranhas no teto

Expande-se na Universidade de São Paulo o processo de terceirização, designação elegante para a substituição de funcionários diretos por trabalhadores contratados por empresas que intermediam mão-de-obra. A “excelência” e a “classe mundial” são expressões ocas diante do árduo cotidiano desse crescente exército de trabalhadores terceirizados. Aos salários de fome junta-se uma rotina de choques com os chefes (“supervisores”) e com os representantes da universidade, além de dificuldades para realizar refeições e gozar de pausas no serviço

No segundo semestre de 2009, enquanto os jornais noticiavam a investida do Ministério Público do Trabalho contra as terceirizações em órgãos públicos, a Reitoria da USP desconversava quanto ao número de servidores terceirizados em atividade hoje nos seus *campi*, sonogando esses e outros dados à *Revista Adusp* apesar de repetidas solicitações. A terceirização abrange atualmente na USP um amplo leque de tarefas e serviços: vigilância, limpeza, jardinagem, lavanderia hospitalar, motofrete, construção civil, alimentação, jornalismo e vários outros.

A despeito de não prestar informações à comunidade, a Coordenadoria de Administração Geral da USP (Codage) dispõe de estudos e de controle centralizado desses dados, principalmente por meio da plataforma do Cadastro de Contratos de Serviços Terceirizados www.terceirizados.sp.gov.br, de acesso restrito. Por dados da execução orçamentária da universidade, não divulgados no Anuário Estatístico, sabe-se que estão previstos gastos para limpeza e vigilância em 2009, respectivamente, de R\$ 35,63 milhões (1,27% do orçamento total da USP) e R\$ 43,26 milhões (1,54%). Valores que representam um aumento de 40% em relação aos gastos de 2008 com esses mesmos serviços.

A USP enquadra-se no receituário de terceirização adotado pelos governos de São Paulo nas últimas décadas. Prática tão contumaz e institucionalizada que no sítio CADTERC (www.cadterc.sp.gov.br)



Guarita durante o inverno: duras condições de trabalho não se limitam ao frio e à solidão

prestam-se orientações para essas licitações de órgãos públicos estaduais, inclusive os custos dos serviços terceirizados e os valores de salários para cada categoria de funcionários.

Estima-se que haja mais trabalhadores terceirizados na universidade do que os 4.994 funcionários diretos de nível básico, pois unidades como a Faculdade de Educação (FE), o Instituto de Física (IF) e a Faculdade de Filosofia (FFLCH) contam com mais de uma centena de terceirizados cada uma, apenas considerando limpeza e vigilância. Como uma parte dos funcionários da USP desempenha funções análogas às dos terceirizados, a opção por uma política de contenção de custos através do achatamento salarial é clara. Os terceirizados dos setores de limpeza e portaria, por exemplo, recebem menos do que o salário mínimo paulista, fixado em R\$ 450, ao passo que um auxiliar

de serviços gerais contratado como celetista pela USP recebe R\$ 1.067.

A responsabilidade de entes públicos como a USP de garantir as condições de trabalho adequadas a estes trabalhadores está prevista no artigo 71 da Lei 8.666/93 (Lei das Licitações). Mas, na prática, a instituição não tem mostrado preocupação real com esse assunto tão incômodo. É o que a reportagem constatou ao conversar longamente com vários desses homens e mulheres no campus do Butantã, em São Paulo. Os nomes citados na matéria são fictícios, para evitar perseguições.

“Foram três números em um jogo, e outros três em outro. Num mesmo jogo seriam cinco acertos em uma rodada [da Dupla Sena]. Por pouco o senhor não me pega aqui, eu já estaria rico, ia abrir uma empresa de segurança. Ou comprar um jornal!”. A frase, entre esperança e galhofa, é do vigilante Enéias,

da empresa Gutty. A noite é fria, mas a conversa corre bem. O que falta? “Falta a empresa dar motivação, pagar corretamente as horas extras, dar maior estabilidade de emprego, um bom convênio médico, salário com reposição de perdas e um atendimento melhor, quando ligamos lá [no RH]”.

Outras pedras no sapato de Enéias? O “jantista”, funcionário que lhe substitui na hora do jantar, não costuma vir, e ele come rápido, na guarita. Reclama também de seu supervisor na empresa, que passa dias sem aparecer. O agasalho? Fraco, depois de três meses já rasga, insuficiente para uma noite de frio intenso, como aquela. Não reclama dos funcionários da universidade, mas considera a empresa contratante mal administrada: há atrasos no pagamento e dificuldade para gozar férias.

Há aqueles, como Laerte, vigilante da empresa Evik, que reclamam da comunidade acadêmica: “Alguns nos tratam mal, especialmente professores e funcionários, que não entendem o nosso trabalho, são ríspidos. Reclamam que não os reconhecemos quando chegam. É difícil lidar com estas agressões, mas somos pais de família, profissionais”. Para Ajax, no cotidiano a categoria é simplesmente ignorada por alunos e professores. Iolau e Hilas, vigilantes da Evik, reiteram a reclamação. Contam ao repórter que há desrespeito de alunos e professores, nas unidades, quando realizam “triagem”, ou seja, controle da entrada e saída de veículos.



Vigilantes reclamam de discriminação praticada por pessoas da comunidade universitária

A situação dos vigilantes tem piorado nos últimos anos, relata Hércules.

Porém, nada se compara a trabalhar no setor de limpeza, onde fez alguns bicos:

“Lá, somos tratados que nem lixo”

Hilas reclama ainda que há quatro meses não recebe vale-transporte, embora venha sendo descontado normalmente. Na empresa, as horas-extras também são pagas, para ele e vários colegas, de forma errônea: das 60 horas devidas, 29 não lhes são pagas.

“Quando acontece um problema, e você precisa deixar o posto, para, por exemplo, atender um aluno que passa mal, você não pode ajudar, pois o serviço é patrimonial, não particular”, conta Hércules. A situação nos últimos anos (ele está há vários na universidade) tem piorado. Porém, nada que se compare a trabalhar no

setor de limpeza, onde fez alguns bicos: “Lá, somos tratados que nem lixo”.

Nas guaritas espalhadas em portarias e bolsões há relatos de falta de meios de aquecer as refeições, ambientes frios, vazamentos de água, além da vegetação densa, que dificulta a visão

a partir das guaritas e rondas — e abriga aranhas, escorpiões, pequenas cobras, morcegos. Pedidos de limpeza da área, feitos à Guarda Universitária, não surtem efeito. A segurança externa foi licitada à empresa Evik, mas permanece sob responsabilidade da Guarda.

A base salarial da categoria é de R\$ 885. Para ganhar acima disso é preciso aceitar jornadas extenuantes. Como há regimes diferentes de trabalho, com plantões diários de 12 horas, durante cinco dias por semana, nas empresas Evik e GSV, por exemplo, seus funcionários, quando realizam atividades em pe-

Daniel Garcia



Banheiro de guarita revela descaso dos empregadores

riodo noturno, chegam a receber R\$ 1.500. Para aqueles que trabalham em regime de plantão de 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso, utilizado na empresa Capital, os vencimentos líquidos são de R\$ 1.050, em números redondos.

A relação entre vigilantes terceirizados e a Guarda é tema dos mais sensíveis. Vigilantes em postos externos, conta Hermes, recebem cobrança demasiada da Guarda, por meio do expediente conhecido como *checklist* — a checagem, rotineira e prevista em contrato, da presença nos postos e das atividades a eles confiadas. De acordo com os vigilantes, freqüentemente o *checklist*

resulta em pedido à empresa de vigilância para que remova o trabalhador do posto ou da USP.

Dois colegas de Hermes voltaram recentemente ao campus após três meses de ostracismo. Outros denunciam a prática de assédio moral,

Artes e no Museu de Arte Contemporânea, unidades atendidas pela empresa Personal. Vejamos o caso de Heitor. Entre suas incumbências, ele destaca a de abrir e fechar salas, cuidando das chaves da unidade. Para tal, recebe R\$ 576 de salário, trabalhando das 15 às 23 horas, mas com os descontos seus vencimentos caem para cerca de R\$ 490. Como gasta R\$ 300 de aluguel, água e luz, e tem uma filha de dois anos, o salário é insuficiente. Situação semelhante à de Jasão, que

Os homens reclamam da falta de um quarto para se trocar ou lavar. Em meio à discussão, uma declaração forte a respeito do supervisor: “Se eu sair daqui vou arrumar outro serviço. Ele está achando que somos burros?”

pois a Guarda pede de sua permanência por horas seguidas em ronda, sem que possam utilizar sanitários ou descansar nas guaritas. Em maio de 2009, na portaria principal, foi exigido dos vigilantes que revistassem veículos na saída da universidade, no período noturno. Como se negaram a realizar a tarefa, os trabalhadores foram transferidos, de acordo com diversos relatos de colegas. A vistoria deixou de ser exigida dias depois.

Outra função que tem sido terceirizada ampla e continuamente é a de porteiro, por meio do uso de vigilantes em diversas unidades, e de “controladores de acesso” na FE, na Escola de Comunicações e

enfrenta problemas para receber horas extras e o adicional noturno, e queixa-se de que a empreiteira paga pouco. Para o transporte, tem direito a uma única condução — embora more em Carapicuíba, a 45 minutos de caminhada da estação de trem mais próxima.

Teseu, por sua vez, é aposentado como metalúrgico: tornou-se “controlador de acesso” da Personal para obter uma renda complementar, que envia a parentes. Considera o serviço sossegado, mas reclama que a empresa não paga sempre em dia. Relata que há colegas que não conseguem receber vale-alimentação, vale-transporte, horas-extras. Os salários de fome levam alguns a

trabalhar nas folgas: “Eles não ‘vevem’, vegetam”, lamenta Teseu.

Uma numerosa categoria terceirizada atua na limpeza. Predominantemente constituída por mulheres, atua em praticamente toda a USP, especialmente através das empresas União, Igilimp e Faísca. Cassandra, encarregada de equipe da Igilimp, relata terem boas condições de trabalho, com equipamentos de proteção individual (EPIs) adequados, pagamento de salários e direitos trabalhistas em dia e materiais de apoio para carregar peso. As pausas para o almoço e café são coletivas. Cassandra elogia as condições de espaços de alimentação e vestiário, além da assiduidade no pagamento de salários. Um representante dos terceirizados participa das reuniões da comissão interna de prevenção de acidentes (Cipa) da unidade, o que garante equipamentos de proteção para limpeza externa e liberação da limpeza de áreas de risco.

Alcione e Ariadne, encarregadas da empresa União, contam uma história diferente. Faltam materiais de limpeza como sabão e cera, bem como EPIs e uniformes. Não bastasse, a funcionária da USP designada para acompanhar os serviços é exigente em demasia e solicita que o supervisor da empresa advirta as trabalhadoras, o que ambas consideram injusto. Durante a entrevista, uma funcionária aparece lacrimejando, o nariz incomodado. O cheiro de removedor irrita todos os presentes, apesar de que, dizem elas, “é dos fracos”.

Horas após, na mesma unidade, o repórter acompanha uma reunião entre a equipe de funcionários e as

encarregadas. Os homens reclamam da falta de um quarto para se trocar ou lavar. Em meio à discussão, uma declaração forte a respeito do supervisor da empresa: “Se eu sair daqui vou arrumar outro serviço. Ele está achando que nós somos burros? A supervisão não está por nós, está pela empresa”.

Alcione apresenta o repórter, dias depois, a Orfeu e Helena, funcionários da empresa União, cujas mãos, visivelmente irritadas por alergia, aparentemente originada no plástico das luvas, estavam ressecadas e avermelhadas. Luvas especiais foram solicitadas cerca de dois meses antes, sem êxito. Em outra ocasião, lembra Alcione, um funcionário que precisou dessas luvas deixou a empresa seis meses depois do pedido, sem que elas aparecessem.

Especificamente no IF, ao qual a empresa União presta serviços de limpeza, outra questão chama a atenção: a unidade responde na Justiça por não pagar aos terceirizados os adicionais de periculosidade e insalubridade, como decorrência da presença de radiação em laboratórios. Enza Matteis, funcionária da USP, julga que o pagamento não seria condizente, pois os funcionários de limpeza não têm permissão de entrar em locais insalubres ou com resquícios de radiação. “Foi um mal entendido, mas há ações trabalhistas neste sentido. No momento, está sendo feita uma perícia para checar esta questão, após uma audiência sobre o tema”, informa ela. Terceirizados que trabalham no IF comentam que o benefício já foi pago a alguns funcionários, e há



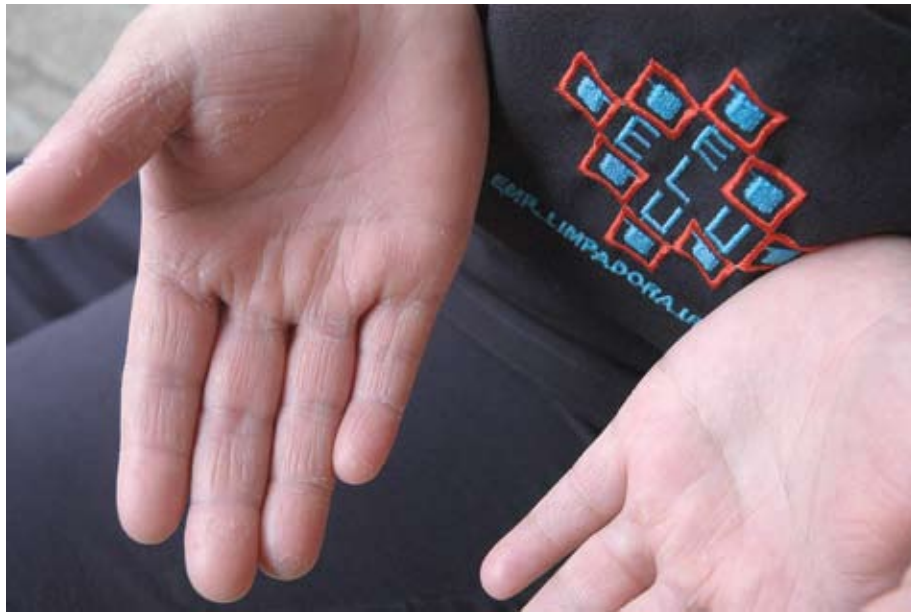
Emblemas de empreiteiras de mão-de-obra em atividade na USP

perspectivas de que seja estendido a todos os que atuam nos setores em que há radiação.

O salário-base de auxiliar de limpeza é de R\$ 472, brutos. O encarregado recebe um adicional sobre este valor, pela quantidade de trabalhadores em sua base, que varia de 10% a 50%. Em alguns casos há adicional para funcionários com filhos, mas seu valor é irrisório.

A reportagem solicitou à assessoria de imprensa da Reitoria a realização de entrevistas com os professores Antonio Massola, titular da Coordenadoria do Campus da

Daniel Garcia



Trabalhador da empresa União mostra alergia provocada por luvas plásticas: luvas especiais nunca chegaram

Na área de limpeza, os trabalhadores terceirizados criticam a atuação de seu sindicato, o Siemaco, acusado de ineficiência e de pender para o lado dos patrões

Capital (Cocesp), e Dante Pinheiro Martinelli, coordenador da Codage, além do funcionário responsável pelas licitações da Universidade. Nenhum dos três concedeu entrevista. O professor Martinelli limitou-se a “esclarecer”, por e-mail, que “existe uma gestão centralizada de contratos de prestação de serviços na Reitoria, compartilhada entre a equipe técnica na Codage e uma equipe técnica em cada unidade. O acompanhamento e fiscalização dos contratos compete a servidor da USP, formalmente designado”.

A principal questão não resolvida diz respeito às dívidas trabalhistas e ao expediente de algumas empresas de, nas licitações, lançar preços inferiores aos praticados no mercado. José Palhiuca, diretor da Evik, relata que na época da entrada desta empresa na USP, em 2004, houve uma licitação de emergência, pois a empresa de segurança Astros falira, deixando aproximadamente R\$ 500 mil em dívida trabalhista, que geraram precatórios para a universidade. A dívida fora originada de um contrato com preços fora da

realidade, prática comum também em empresas do ramo de limpeza.

“O pregão é ineficiente para contratar serviços e mão-de-obra, pois as empresas baixam o valor, colocando valores insuficientes para honrar compromissos trabalhistas, e quebram durante o contrato”, explica Palhiuca. De acordo com Ronaldo Pena, responsável pela Guarda Universitária, atualmente a Reitoria da USP tem um rigoroso sistema de controle, com prestação de contas mensal dos recolhimentos trabalhistas e de impostos, para liberação de pagamentos.

Na área de limpeza, os trabalhadores terceirizados criticam a atuação do Sindicato dos Trabalhadores de Empresas em Prestação de Serviços de Asseio e Conservação e Limpeza Urbana de São Paulo (Siemaco), que é acusado de ineficiência e de pender para o lado dos patrões. João Capana, representante do Siemaco, alega que, apesar de o sindicato contar com equipes responsáveis por fiscalizar diariamente os setores onde estão os trabalhadores de asseio e conservação, limpeza urbana e áreas verdes, há resistência por parte dos contratantes em permitir seu acesso: “Na Cidade Universitária já tivemos problemas com algumas empresas pelo não pagamento de benefícios, entre eles o vale-transporte e o adicional de insalubridade, e de maus-tratos por parte de encarregados e supervisores”, diz Capana.

O Siemaco esteve envolvido em caso controverso, que consta do processo de demissão de Claudionor Brandão, funcionário da universidade e diretor do Sindicato dos Trabalhadores da USP – Sintusp (*Revista Adusp* 45, p. 18). O fun-

Fotos: Daniel Garcia



O chamado Bloco 9 da ECA é um galpão semi-abandonado onde funcionavam laboratórios. Atualmente o local abriga as dependências destinadas aos trabalhadores da empresa Faisca. Saltam à vista as péssimas condições dos vestiários e do refeitório improvisado







Trabalhadoras da limpeza, como todos os terceirizados, são “invisíveis”

cionário Marcelo Ferreira dos Santos, apoiador do Sintusp, explica o episódio: trabalhadores da empresa União, que sofriam assédio moral de um encarregado e atraso de salários, bem como falta de material de segurança e de produtos de limpeza, procuraram apoio no Siemaco, sem encontrá-lo. Por essa razão, recorreram em seguida ao Sintusp, que iniciou campanha por direitos e salários iguais e incorporação dos funcionários ao quadro da USP. No início de 2006, no entorno da Reitoria, apoiadores dos dois sindicatos entraram em confronto físico.

A agressão teria partido do Sie-

“Terceirizado não é gente, não ganha salário digno. A USP deve pagar às empresas uns R\$ 1.500, e para a gente vem R\$ 500. E se reclamamos, nos transferem de um lugar para outro”, protesta uma trabalhadora

maco, que, contudo, apresenta a própria versão da briga campal: “Alguns diretores do Sintusp promoveram uma paralisação dos trabalhadores da Empresa União. A paralisação foi política, pois não havia motivo grave que justificasse. Na ocasião, o Siemaco esteve no

local para dialogar com os trabalhadores da limpeza, o que causou uma reação negativa e violenta por parte do Sintusp”.

Ao que parece, é frequente a prática de intimidações contra os terceirizados. Nem todos os funcionários procurados aceitaram falar com a reportagem. Um grupo de vigilantes não quis conceder entrevista: falar à imprensa “queima o nosso filme”, disseram. Uma funcionária da Igilimp, por sua vez, verbalizou o sentimento de medo: “Terceirizado não é gente, não ganha um salário digno. A USP deve pagar às em-

presas uns R\$ 1.500, e para a gente vem R\$ 500. E se reclamamos, nos transferem de um lugar para outro. Se soubesse que na segunda-feira estava fora, falava tudo agora, mas não mandam a gente embora”. A mesma dificuldade se repetiu no Hospital Universitário da USP, onde a *Revista Adusp* não obteve permissão para entrevistar os funcionários dos setores terceirizados (por causa da situação emergencial com a epidemia de gripe A), e no Ban-dejão da Química, onde nenhum trabalhador se dispôs a falar sobre as condições de trabalho.

Embora a Cocesp e a Reitoria não tenham fornecido informações específicas a respeito das obras de construção civil, numa visita rápida pelo campus, em meados de julho, a reportagem identificou várias dessas obras: no Bloco F do Crusp, a construção da Biblioteca Brasileira, o calçamento da Reitoria e do entorno do Crusp, o acesso da Creche Central, o Centro de Visitantes, a construção da Biblioteca da FE e, nas proximidades da Educação Física, uma obra da Erbauem Construtora e Incorporadora Ltda. Foi possível constatar que a empresa que realizava obras no Centro de Visitantes foi subcontratada por outra empresa, nominalmente responsável pela obra, numa espécie de “terceirização”. Vigilantes e auxiliares de limpeza que trabalham nas proximidades do Crusp relatam que as obras de reforma do calçamento sofreram paralisações e constante troca de empresas, por falta do devido pagamento aos trabalhadores.

EMPRESAS E GUARDA UNIVERSITÁRIA CONTESTAM DENÚNCIAS

José Palhiuca, diretor da Evik, não só contesta as críticas ao uniforme da empresa, mas acusa os funcionários de não usarem o uniforme completo ou o crachá de identificação. Nega problemas com os pagamentos e atribui as reclamações a mal-entendidos quanto ao período de almoço, que antes era “vendido” pelos funcionários à empresa, havendo fiscalização por parte do sindicato. Quanto ao transporte, é política da empresa não contratar trabalhadores que demorem mais de duas horas de sua casa ao serviço, pois isso “aumenta o risco de desgaste para o funcionário e diminui a qualidade do serviço”, diz ele.

Ronaldo Pena, responsável pela Guarda Universitária, sustenta que as guaritas que apresentam problemas serão reformadas ou substituídas. Esclareceu ainda que os vigilantes que atuam em portarias e bolsões têm local para refeições na sede da antiga Prefeitura, hoje Coordenadoria do Campus da Capital (Cocesp). Há um “acordo”, segundo Pena, para que os vigilantes locados na unidades se alimentem nas próprias unidades. Hoje a USP utiliza o limite de expansão do contrato com a Evik, de 25% de postos de vigilância a mais do que o licitado, em São Paulo, São Carlos e Ribeirão Preto.

No que diz respeito às relações entre vigilantes e a Guarda, Palhiuca admitiu à *Revista Adusp* que não há processo ou investigação para apurar abuso ou constrangimento. Pena, por sua vez, ressalta que não existe relato registrado, embora seja “óbvio que em relações humanas de trabalho sempre surgem problemas, mas até onde sabemos todos são resolvidos”. Porém, destaca que a USP “contrata postos de trabalho e não pessoas”: “Se a pessoa não se adapta à tarefa designada é feita uma troca. Contudo, temos uma relação humana bastante pontual e nos preocupamos com isso, e fazemos reuniões periódicas com as empresas exigindo o melhor atendimento ao seu colaborador”.

A Reitoria, procurada para responder a questões sobre a quantidade total de postos de trabalho e de funcionários terceirizados, além da quantidade total de contratos envolvendo serviços terceirizados e seus valores, não as respondeu. As perguntas feitas diretamente à Cocesp (salvo as encaminhadas a Ronaldo Pena) não foram atendidas. A empresa União preferiu não conceder entrevista. As empresas Guty e Personal não deram retorno aos telefonemas da *Revista Adusp*. Apesar das tentativas, não foi possível falar com a empresa Igilimp.